

Leia estas instruções:

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado.
- 2 Este Caderno contém 50 questões de múltipla escolha de Conhecimentos Específicos.
- 3 Quando o Fiscal autorizar, verifique se o Caderno está completo e sem imperfeição gráfica que impeça a leitura. Detectado algum problema, comunique-o imediatamente ao Fiscal.
- 4 Cada questão apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
- 5 Interpretar as questões faz parte da avaliação, portanto não adianta pedir esclarecimentos aos Fiscais.
- 6 Para preencher a Folha de Respostas, fazer rascunhos etc., use, exclusivamente, caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta.
- 7 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
- 8 Os rascunhos e as marcações que você fizer neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
- 9 Você dispõe de, no máximo, quatro horas para responder às questões e preencher a Folha de Respostas.
- 10 O preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
- 11 Antes de se retirar definitivamente da sala, devolva ao Fiscal a Folha de Respostas e este Caderno.

Assinatura do Candidato: _____

03. No que tange à relação entre Política e Direito, analise as seguintes afirmativas:

I	Quanto menos desenvolvida a sociedade, quanto mais grave seu atraso econômico, mais instáveis e oscilantes as instituições políticas. Ao mesmo passo, menos amplo e eficaz será, então, o Direito Constitucional em sua capacidade de organizar instituições que abranjam, de modo efetivo, toda a esfera de comportamento e decisão do grupo político.
II	A dominação política é um traço marcante da História da Administração Pública brasileira, de maneira que os atuais movimentos pela proteção de direitos individuais tutelados na Constituição Federal, como no caso do ativismo judicial, refletem o lado ruim da influência política na esfera pública, uma vez que o Estado-Administração, de per si, deveria ser o responsável pela concretização desses direitos.
III	O Sistema Jurídico deve ser a expressão máxima e essencial de direitos políticos, sendo a participação política de todos os cidadãos essencial para legitimar a tomada de decisão daqueles que representam o poder do povo. Para consolidar esses direitos políticos, todas as nações, atualmente, contam com a participação direta de todos os cidadãos no processo legislativo, como forma de validar as leis.

Das afirmativas, apenas

- A) II está correta.
- B) I e II estão corretas.
- C) III está correta.
- D) I e III estão corretas.

04. Acerca do Direito Objetivo e Subjetivo, analise as seguintes afirmações:

I	São fontes do Direito Objetivo as Súmulas Vinculantes, que refletem a adoção do precedentalismo no Brasil.
II	Direito Subjetivo é a garantia conferida pelo direito objetivo, a qual se invoca quando a liberdade é violada.
III	Direito Objetivo se constitui num conjunto de normas, jurídicas ou não, conferidas a um indivíduo, que o busca quando seu direito subjetivo é violado.

Das afirmativas, apenas

- A) III está correta.
- B) II está correta.
- C) II e III estão corretas.
- D) I e II estão corretas.

05. Sobre Princípios Gerais de Direito e Jurisprudência, é correto afirmar:

- A) no direito brasileiro, a jurisprudência tem força vinculante, porquanto a nossa Constituição Federal de 1988 determina que o Poder Judiciário tem a função de “dizer o direito” de forma definitiva, isto é, fazendo coisa julgada.
- B) os princípios gerais de Direito, embora fontes do Direito Objetivo no Brasil, são incapazes de fundamentar isoladamente uma decisão judicial.
- C) o termo “jurisprudência” possui múltiplos sentidos, podendo significar tanto “conjunto de julgados” quanto “ciência do direito”.
- D) alguns princípios devem ser expurgados do ordenamento jurídico quando colidem com regras constitucionais, como no caso em que um determinado veículo de mídia exerce sua liberdade de expressão de forma abusiva.

06. Acerca das relações entre ética, direito e moral, é correto afirmar:

- A) a moral religiosa é fundamento hábil a afastar a aplicação de uma determinada norma jurídica, tendo em vista que é vedado ao Estado embaraçar o funcionamento dos cultos religiosos, como no caso de um sujeito que se nega a aceitar a presença de um outro sujeito homossexual no mesmo recinto por questão religiosa.
- B) a moral interna condiciona a atuação humana, porquanto, para ser ético/a, deve-se cumprir uma norma jurídica apenas no caso de concordância interior com o seu conteúdo.
- C) a norma jurídica que autorize a discriminação de pessoas em razão de crença ou opinião é inconstitucional, ainda que com base na crença moral dos indivíduos que a elaboraram.
- D) a ética distingue-se do direito, porquanto trata de regramentos que o próprio indivíduo se impõe. Desta forma, se o indivíduo não tem afeição por seus pais, é desobrigado de cuidar deles, sendo proibido ao direito dispor de modo diverso, pois lhe é defeso impor a existência de sentimento entre os parentes.

07. Leia o seguinte fragmento textual reproduzido da obra “Ética e Direito”, de Chaim Perelman.

Poderá a Justiça opor-se ao direito? Haverá um direito injusto? (...) Com efeito, querer julgar o direito em nome da justiça só é possível em virtude de uma confusão: julgar-se-á o direito por intermédio, não da justiça formal, mas da justiça concreta, ou seja, de uma concepção particular da justiça que supõe uma determinada escala de valores.

Considerando o fragmento transcrito e levando em conta os conceitos de justiça, analise as afirmações a seguir:

I	A justiça segundo os méritos de cada um pressupõe que todos os indivíduos façam o máximo de esforço para auferir a contraprestação justa ao seu trabalho.
II	No direito brasileiro, que tem base no <i>civil law</i> , o juiz não está obrigado a buscar a justiça, mas a cumprir os preceitos legais em vigor, vedando-se a contrariedade à lei, ainda que a solução apontada não lhe pareça justa.
III	Segundo Kant, o direito natural básico do ser humano é a justiça.
IV	A Justiça formal é um princípio de ação segundo o qual os seres de uma mesma categoria essencial devem ser tratados da mesma forma.

Das afirmativas, estão corretas

- A) III e IV. B) I e II. C) I e IV. D) II e III.

08. Considere o seguinte fragmento textual reproduzido da obra “Introdução ao Estudo do Direito”, de Tércio Sampaio Ferraz Júnior.

O jurista da Era Moderna, ao construir os sistemas normativos, passa a servir aos seguintes propósitos, que são também seus princípios: a teoria se instaura para o estabelecimento da paz, a paz do bem-estar social, a qual consiste não apenas na manutenção da vida, mas da vida mais agradável possível. Através de leis, fundamentam-se e regulam-se ordens jurídicas que devem ser sancionadas, o que dá ao direito um sentido instrumental, que deve ser captado como tal.

Considerando esse trecho, é correto afirmar:

- A) o direito vertido em linguagem escrita, na Era Moderna, deveria ser aplicado literalmente, de modo a proibir que o juiz transcendesse o conteúdo da lei.
- B) conforme o brocardo *in claris cessat interpretatio*, no Pós-Positivismo, quando o texto da lei é claro, é defeso haver interpretação.
- C) para Hans Kelsen, a interpretação é uma operação mental que acompanha o processo de aplicação do Direito, daí resultando que todo ato jurídico em que o Direito é aplicado é, em parte, determinado pelo Direito e, em parte, indeterminado.
- D) a positivação do direito e o fenômeno de sua dessacralização, a partir do século XIX, deram à interpretação jurídica lugar de destaque, mormente em função da concepção de que o direito não mais seria imutável, como pretendiam os teóricos do jusnaturalismo.

09. Tendo por base a Hermenêutica Jurídica no contexto do pós-positivismo, é correto afirmar:

- A) Habermas pondera que os princípios jurídicos possuem um sentido teleológico, enquanto que os valores possuem um sentido deontológico. Para ele, a aplicação de uma norma pressupõe a inadequação das regras jurídicas de um dado sistema como elemento fundamental à função social do método interpretativo escolhido pelo juiz, tendo em vista a inutilidade dos princípios em sua teoria.
- B) em sua Teoria Estruturante do Direito, Friedrich Muller propõe a utilização metafísica da norma através da subsunção prescritiva dos costumes sociais, pois, para ele, o enunciado normativo seria a pré-forma legislatória da norma jurídica a ser conhecida a partir do método tópico. Dessa forma, a estruturação do direito se daria a partir da elaboração do enunciado normativo pelo Poder Legislativo, órgão mais importante no processo de formulação das normas, de acordo com a opinião desse autor.
- C) Dworkin defende a existência de uma única resposta correta, que será revelada quando o intérprete, diante das soluções possíveis, fizer a ponderação entre princípios, trazendo à baila a discussão sobre a validade daquele que não será aplicado no caso concreto. Desse modo, em seu modo de ver, o princípio não aplicado no caso concreto deve ser considerado inválido, e, portanto, excluído do ordenamento jurídico.
- D) segundo Robert Alexy, os princípios seriam mandados de otimização que auxiliam na interpretação. Para o referido autor, a teoria dos princípios pode, pelo contrário, levar a sério a Constituição, declarando normas não plenamente cumpríveis como princípios que, contra outros princípios, devem ser ponderados e, assim, estão sob uma reserva do possível no sentido daquilo que o indivíduo pode requerer de modo razoável da sociedade.

10. Acerca da Psicologia Jurídica, considere as seguintes afirmativas:

I	A Psicologia Criminal que tem Lombroso como seu maior expoente, estuda a relação entre as características biológicas do indivíduo e o seu potencial delincente.
II	Conforme a Psicologia Criminal, os indivíduos que possuem tatuagem em seu corpo seriam mais suscetíveis de cometer crimes, tendo em vista a condição psíquica propícia a ferir o corpo humano.
III	Conforme os preceitos da Psicologia Forense, apenas os adolescentes com mais de 14 anos de idade têm condições de apontar suas vontades em juízo.
IV	A Psicologia Jurídica estuda os aspectos sociais, os fatores genéticos e a conduta da vítima como elementos hábeis a propiciar o cometimento de crimes.

Das afirmativas, estão corretas

- A) II e IV.
- B) III e IV.
- C) I e II.
- D) I e III.

11. A regra do Art. 5º da Constituição Federal, inciso VIII que preleciona: “ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei”, quanto à sua aplicabilidade, é

- A) norma de eficácia contida ou restringível, pois, ainda que possa ser imediatamente aplicada, a lei poderá vir a restringir o direito individual ali estabelecido.
- B) norma de eficácia limitada, porque, somente em virtude de lei, ela poderá ser aplicada, devendo aguardar a lei para poder ser eficaz.
- C) norma de eficácia plena, porque, ainda que exista a previsibilidade de fixação em lei, esta poderá restringir o direito individual ali estabelecido.
- D) norma de eficácia programática porque estabelece um princípio constitucional que somente pode ser aplicado após a elaboração da lei mencionada.

12. Acerca do Controle de Constitucionalidade, analise as afirmativas seguintes.

I	No âmbito do controle difuso, um Tribunal somente pode afastar a aplicação de uma lei, em razão de inconstitucionalidade, pelo voto da maioria absoluta dos membros do seu órgão especial.
II	O controle difuso de constitucionalidade no âmbito do Recurso Extraordinário processado perante o STF expressa a opção do ordenamento jurídico brasileiro pela aplicação da teoria precedentalista.
III	As leis municipais podem ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça Estadual.
IV	Tendo em vista a característica da generalidade e abstração inerente à Súmula Vinculante, esta poderá ser objeto de controle concentrado, culminando na sua revisão ou cancelamento, segundo a Constituição Federal.

Das afirmativas, estão corretas

- A) I e II.
- B) III e IV.
- C) I e III.
- D) II e IV.

13. Sobre Interpretação Constitucional e Poder Constituinte, é correto afirmar:

- A) o Poder Constituinte Derivado é exercido pelos representantes dos Estados que elaboram as constituições estaduais e as alteraram por meio de emendas.
- B) a interpretação com redução de texto é inadmitida no Brasil, porquanto a Constituição Brasileira proíbe que, através da interpretação, seja alterado o sentido da norma criada pelo legislador.
- C) o Poder Constituinte pode ser Originário, formado pelo povo e diretamente exercido por este, mas também pode ser Decorrente, o qual promulga o texto original da Constituição Federal.
- D) a interpretação conforme a Constituição é aceita pelo STF e pode ser realizada pelos juízes de primeira instância, para tornar o texto normativo compatível com a Constituição Federal.

14. A Constituição Federal de 1988 cria diversos direitos e garantias individuais. Sobre os direitos individuais previstos, é correto afirmar:

- A) todos possuem o direito de propriedade, podendo este ser mitigado em face da desapropriação por utilidade pública ou interesse social, mediante justa e prévia indenização em títulos da dívida pública.
- B) todos possuem o direito de reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de aviso, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- C) é assegurado aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas, o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou das quais participarem.
- D) é assegurado o direito de liberdade de expressão da atividade intelectual, artística e de comunicação, inclusive de forma anônima, por meio de pseudônimos, independentemente de censura.

15. Sobre os direitos de nacionalidade, analise as afirmações a seguir:

I	São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer um destes esteja a serviço de empresa brasileira;
II	Conforme entendimento do STF, o filho de esportista brasileiro nascido no estrangeiro, ainda que não registrado em repartição brasileira e nem residente no Brasil, que venha a optar, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira, será brasileiro nato.
III	O brasileiro naturalizado não pode exercer cargo público privativo de brasileiro nato, por razão de segurança nacional.
IV	Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.

Das afirmativas acima, estão corretas

- A) I e IV. B) III e IV. C) I e II. D) II e III.

16. Sobre direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar:

- A) conforme o entendimento do Supremo Tribunal Federal, só existe interesse de agir no *habeas data* com a recusa, motivada ou não, da Administração Pública em fornecer informações pessoais do interessado.
- B) o remédio constitucional voltado à proteção de direito líquido e certo referente à liberdade de locomoção é o mandado de segurança.
- C) são direitos sociais, de acordo com a Constituição Federal de 1988, o trabalho, o salário mínimo, as férias e o lazer.
- D) pelo princípio da igualdade, é assegurado a todos os brasileiros os direitos sociais previstos na Constituição, dentre os quais o direito à moradia, por exemplo, que deve ser garantido individual e gratuitamente, por meio de doação de casas aos desamparados.

17. Acerca das características da Constituição, é correto afirmar:

- A) a Constituição de 1988 é semi-rígida, por prever mecanismos de alteração das regras Constitucionais.
- B) a Constituição de 1988 é rígida, analítica, formal e promulgada, conforme a classificação mais corrente na doutrina.
- C) conforme a Emenda 45/2004, o processo de alteração da Constituição passou a ser mais célere, pois a aprovação da Emenda Constitucional se dá em um turno em cada casa, sendo necessária a aquiescência de $\frac{3}{4}$ dos membros de cada casa Legislativa.
- D) de acordo com a Emenda 45/2004, os tratados e convenções internacionais, independentemente da matéria, passaram a ter a mesma hierarquia de emenda constitucional, desde que ratificados pelo Congresso Nacional.

18. Sobre o Poder Judiciário, analise as afirmativas a seguir:

I	A Súmula vinculante, aprovada pelo Supremo Tribunal Federal após o mínimo de cinco decisões no mesmo sentido, terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários, e terá efeito vinculante com relação ao Poder Judiciário e à Administração Pública Federal.
II	O ingresso na carreira da magistratura se dará mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil e do Ministério Público em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica, contabilizando-se o tempo de prática jurídica durante o curso de graduação em direito.
III	Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário, sem qualquer exceção, serão públicos, e todas as decisões serão fundamentadas, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.

Das afirmativas, apenas

- A) III está correta. C) I e III estão corretas.
B) II está correta. D) II e III estão corretas.

19. Um secretário municipal de política urbana edita portaria que concede autorização para vendedores ambulantes comercializarem seus produtos na calçada de determinado shopping, organizando-os por categoria e definindo um rodízio entre eles. Acerca desse ato administrativo, é correto afirmar:
- A) o ato é vinculado, não podendo o município revogá-lo, mas tão somente anulá-lo por vício de legalidade.
 - B) a portaria foi editada dentro do poder de discricionariedade inerente ao gestor público, de acordo com a conveniência e a oportunidade, nos limites da legalidade.
 - C) o ato viola o princípio da impessoalidade, por definir rodízio entre os ambulantes sem que estes possam exercer sua atividade comercial todos os dias, conforme sua disponibilidade.
 - D) a administração pública, por força da autotutela, tem o poder de revogá-lo, porque ele desrespeita o procedimento previsto na Lei de Licitações.
20. Sobre o regime das licitações e contratos no direito brasileiro, é correto afirmar que
- A) o pregão eletrônico veda a participação de empresas estrangeiras, por se tratar de procedimento entre licitantes nacionais cadastrados no comprasnet.
 - B) a empresa nacional terá privilégio sobre empresa estrangeira nos procedimentos licitatórios, de modo que, ainda que a proposta da empresa nacional seja até 65% superior ao da empresa estrangeira, aquela vencerá o certame.
 - C) a contratação de agência de publicidade é um exemplo que autoriza a inexigibilidade de licitação, nos termos da Lei n.º 12.232, de 2010.
 - D) o princípio da vinculação ao instrumento convocatório se expressa no caso em que o edital condiciona a habilitação dos proponentes à apresentação de certidões de Cartórios de Protesto de Títulos e a concorrente que não o faz é inabilitada.
21. No que tange à Administração Pública direta e indireta e às entidades do terceiro setor, é correto afirmar:
- A) os consórcios públicos, quando constituídos sob o regime de direito privado, passam a constituir figuras do Terceiro Setor, isto é, com estrutura híbrida.
 - B) as agências reguladoras têm a função de regular atividades privadas, podendo, para tanto, expedir regulamentos e exercer função judicante ao julgar os processos sob seu crivo.
 - C) empresa pública concessionária de serviço de ônibus poderá ter seus bens penhorados, tendo em vista que o seu regime jurídico é o privado.
 - D) os ministérios, embora não possuam personalidade jurídica, têm legitimidade para postular judicialmente, em nome próprio, quando se trate de conflito entre poderes.
22. Sobre os direitos e deveres dos agentes públicos, é correto asseverar:
- A) o candidato aprovado fora das vagas existentes em um determinado concurso, segundo a Jurisprudência atual do STJ, somente tem direito subjetivo à nomeação, no caso de serem convocados todos os candidatos classificados dentro das vagas, no prazo de validade do certame.
 - B) uma servidora Y, reprovada no estágio probatório para o cargo de Técnico Judiciário do TJRN, poderá ser reconduzida ao cargo que antes ocupava, de Auxiliar Técnico do TJRN, desde que tenha, no mínimo, dois anos de efetivo exercício nesse cargo.
 - C) um servidor X que tenha se aposentado em 2005, mas que já preenchia os requisitos para a aposentadoria em 1997, tem direito à paridade constitucional, fazendo jus a todas as vantagens concedidas aos servidores da ativa.
 - D) a remuneração do servidor público estatutário pode sofrer decurso, desde que não seja atingido o vencimento básico da carreira, mas os vencimentos, compostos de vantagens fixas, não podem ser reduzidos, sob pena de violação ao princípio da irredutibilidade de vencimentos.

23. Quanto ao controle da Administração Pública, é correto afirmar:

- A) o chefe do Poder Executivo terá suas contas submetidas controle rigoroso no fito de se averiguar a lisura do seu proceder, sendo do Poder Legislativo a competência para realizar o julgamento dessas contas, conforme prevê a Constituição Federal.
- B) as ações de controle da Administração Pública podem ser exercidas pelos sujeitos mais plurais, no ordenamento jurídico brasileiro, tendo papel de destaque o cidadão, que pode, inclusive, aplicar sanções administrativas ao gestor público que descumpre seu papel.
- C) o mandado de segurança preventivo é um instrumento que serve ao controle prévio dos atos administrativos pelo administrado, quando houver ameaça de lesão a direito, devendo ser comprovada, pelo menos, a pré-existência de ato ilegal e abusivo.
- D) as comissões parlamentares de inquérito têm todos os poderes inerentes ao Poder Judiciário, podendo, por exemplo, determinar a prisão em flagrante do indiciado, bem como a quebra do seu sigilo telefônico, bancário e de dados.

24. O senhor José, proprietário de sítio localizado no interior do Estado do Rio Grande do Norte, descobriu a existência de fósseis de répteis do período Jurássico em seu terreno e avisou às autoridades locais a esse respeito. Após a averiguação do local, o poder público municipal decretou a importância social do referido sítio arqueológico. A esse respeito, é correto afirmar:

- A) para a sondagem arqueológica da área, no fito de verificar a veracidade do material fossilizado encontrado, o poder público deverá se utilizar do instrumento jurídico da requisição, antes de efetuar o tombamento do local.
- B) constatado o interesse de preservação do patrimônio geológico, o poder público municipal poderá efetuar o tombamento da área em que se encontram os fósseis, sem que isso represente para o senhor José, a perda da propriedade.
- C) uma vez consolidado o tombamento do sítio arqueológico, o poder público poderá obrigar o senhor José a permitir a entrada irrestrita de particulares para visita do local, formalizando a determinação através do instituto "servidão".
- D) é inviável efetuar tombamento do bem, uma vez que esse instrumento impediria, completamente, o uso da propriedade, devendo ser utilizado, no caso, o instituto da desapropriação, com pagamento prévio e em dinheiro.

25. No intuito de protestar contra a falta de condições de trabalho, os professores da rede municipal de ensino vão às ruas em movimento pacífico e sem armas. Ao chegar à praça principal da cidade, o movimento se depara com policiais militares fortemente armados que, sem nenhum sinal de resistência por parte do movimento, passam a desferir golpes de cassetetes e expelir spray de pimenta contra os professores, os quais saem gravemente feridos do protesto. Sobre a responsabilidade do Estado nesse episódio, é correto afirmar que

- A) caso seja ajuizado processo criminal contra um dos policiais militares por lesão corporal e ocorra a absolvição deste por falta de provas ou ausência de culpabilidade, exclui-se a responsabilização administrativa.
- B) o Estado deverá reparar eventuais danos, se o professor ferido comprovar que o policial agiu com culpa, tendo em vista a opção constitucional pela responsabilidade subjetiva do Estado.
- C) caso um dos professores tenha sido assaltado, durante o protesto, por um terceiro alheio ao movimento, é descabida a responsabilização do Estado, face à excludente da responsabilidade.
- D) em razão da adoção, no Brasil, da teoria do risco administrativo, basta que o lesado comprove o dano e que compareceu ao movimento, sendo desnecessária a comprovação de que a lesão se deu por ação de um agente público.

26. Sobre a improbidade administrativa, é correto afirmar:
- A) a ação de improbidade comporta aplicação do princípio da insignificância quando o ato de improbidade for insignificante, como no caso de imoralidade de menor grau.
 - B) o servidor X que deixa de publicar ato administrativo quando sabia que deveria fazê-lo, embora cometa irregularidade, não pratica improbidade, tendo em vista a possibilidade de sanar o vício com publicação posterior.
 - C) a empresa que for proibida de contratar com o poder público em razão de condenação por improbidade administrativa poderá receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, em razão da incomunicabilidade das esferas.
 - D) a prescrição da ação de improbidade, nos termos da Lei n.º 8.429/92, dá-se cinco anos após o término de exercício de mandato, cargo em comissão ou função de confiança.
27. No tocante ao conflito de normas no Direito Brasileiro, é correto afirmar:
- A) os critérios hierárquico, cronológico e da especialização são os critérios indicados para a solução de conflito entre normas constitucionais.
 - B) os conflitos entre uma norma geral superior e outra norma, especial e inferior, com evidente ausência de meta-critério, caracterizam antinomia real.
 - C) a ponderação dos direitos, quanto à eficácia horizontal de direitos fundamentais, é técnica inadequada para a solução de conflito de direitos nas relações privadas.
 - D) a antinomia real, quando presente na aplicação de normas, é a hipótese mais evidente para a utilização da técnica da interpretação corretiva.
28. Acerca da disciplina das pessoas naturais, é correto afirmar que
- A) a dissolução do casamento, com a abertura da sucessão provisória, é uma das consequências para os laços familiares do ausente.
 - B) a emancipação voluntária passa necessariamente pelo processo de autorização judicial e seu consequente assentamento no registro civil das pessoas naturais.
 - C) a capacidade civil plena, como junção de capacidade de direito e de fato, é reconhecida como sinônimo de legitimação.
 - D) a comoriência, no ordenamento jurídico brasileiro, adota uma presunção legal de morte simultânea, garantindo soluções mais equânimes e práticas em questões sucessórias.
29. No tocante aos direitos da personalidade e sua acepção perante a jurisprudência do STJ, é correto afirmar:
- A) a pessoa jurídica é sujeito de direito incapaz de sofrer dano moral, uma vez que não possui direitos da personalidade passíveis de violação.
 - B) as pretensões de indenização por violações de direito da personalidade decorrentes de tortura nos regimes de exceção democrática são imprescritíveis.
 - C) a tutela do direito ao esquecimento está excluída do elenco dos direitos da personalidade no ordenamento jurídico brasileiro.
 - D) as pessoas públicas têm sustado o seu direito à privacidade, sendo ilimitado o direito de informação sobre elas, para atender o interesse público.
30. Acerca do abuso de direito e das novas figuras de ilicitudes, é correto afirmar:
- A) a *surrectio* caracteriza-se pela inação prolongada em um lapso temporal considerável que implica a perda de uma situação jurídica subjetiva não sujeita a prescrição.
 - B) a teoria dos atos emulativos fundamenta o abuso de direito em nosso ordenamento jurídico, uma vez que a intenção de prejudicar é elemento essencial desse ilícito.
 - C) a exceção de contrato não cumprido é exemplo vívido de *tu quoque*, visto a intenção de preservar o equilíbrio contratual e o caráter sintagmático das trocas.
 - D) a vedação de comportamento contraditório é elemento acidental do *venire contra factum proprium*, já que este dissocia-se da criação e do investimento na expectativa gerada.

31. Em relação ao direito de família, analise as seguintes afirmativas:

I	A ideia de que a família tem um fim nela mesma, visto sua importância para o desenvolvimento da personalidade de seus membros, traduz o que a doutrina denomina de repersonalização das relações de família.
II	A solidariedade aplicada ao direito de família tem como implicação prática, para além de responsabilidade patrimonial, a cooperação afetiva e psicológica entre os membros da entidade familiar.
III	O princípio da liberdade das relações familiares tem como consequência a possibilidade do reconhecimento de famílias poliafetivas, sem prejuízo da entidade familiar monogâmica.
IV	O princípio da igualdade no direito de família conduz ao reconhecimento de novos tipos de entidades familiares, tais como as famílias monoparentais, anaparentais e as homoafetivas.

Das afirmativas, estão corretas

- A) I e IV.
- B) II e III.
- C) I e III.
- D) II e IV.

32. A nova conformação dos contratos à luz do direito civil-constitucional estabelece novos paradigmas. A esse respeito, analise as seguintes afirmativas:

I	A autonomia privada encontra limites, tais como a lealdade contratual, a boa fé objetiva, a justiça contratual e o justo equilíbrio entre as prestações.
II	O princípio da relatividade dos efeitos do contrato se contrapõe à teoria da imprevisão, reconhecida no direito do consumidor pela teoria da onerosidade excessiva.
III	A força obrigatória dos contratos sofre mitigações porque o contrato pode ter efeitos transobjetivos, especialmente à luz da boa-fé objetiva.
IV	O ordenamento jurídico brasileiro, quando menciona a função social do contrato, traduz uma cláusula principiológica limitativa da liberdade de contratar, com conotação de política de Estado.

Das afirmativas, estão corretas

- A) I e III.
- B) II e III.
- C) I e IV.
- D) II e IV.

33. A função jurisdicional é, ao lado das funções legislativa e executiva, função básica do Estado no exercício de seu poder soberano. Sobre a jurisdição, é correto afirmar:

- A) a atividade da jurisdição voluntária tem natureza constitutiva, pois serve para constituir relações jurídicas, modificá-las ou desenvolver as já existentes.
- B) a palavra jurisdição significa “dizer o direito”, o que conduz à ideia de que há jurisdição quando o Estado declara direitos.
- C) a lide é elemento essencial à jurisdição sem o qual o que se tem é administração pública de interesses privados.
- D) a jurisdição caracteriza-se, entre outros elementos, pelo monopólio estatal, pela inércia, pela substitutividade e pela inafastabilidade.

34. Em relação à teoria da ação, é correto afirmar:
- A) a teoria abstrata entende a ação como direito público, subjetivo, autônomo e abstrato de invocar a tutela jurisdicional do Estado, sendo irrelevante a natureza do provimento jurisdicional.
 - B) a teoria da exposição leciona que, para que as condições da ação sejam consideradas presentes, basta a afirmação do autor sobre elas, sendo desnecessário provar tais condições.
 - C) a legitimidade das partes, ou *legitimatío ad causam*, é compreendida como a pertinência objetiva da ação, ou seja, permissão daquele sujeito demandar sobre aquele objeto.
 - D) a legitimação extraordinária e a substituição processual, no sentido de defesa de direito alheio em nome próprio, vêm sendo tratadas como institutos distintos pelo STJ.
35. Acerca do princípio da motivação das decisões judiciais, é correto afirmar:
- A) constitui uma adequada garantia da própria jurisdição, dirigindo-se não só às partes e aos juízes, mas à sociedade como um todo.
 - B) compreende o conceito do princípio a discricionariedade que as partes possuem de dispor da causa, diante do caso concreto.
 - C) conduz à ideia de que o Juiz está vinculado ao pedido formulado nos autos do processo.
 - D) oferece ao juiz a permissão para a atuação de ofício em determinadas situações, ainda que diante da inércia das partes.
36. Quando se fala em julgamento conforme o Estado do Processo, tem-se basicamente um conteúdo temporal que engloba
- A) a hipótese de necessidade de produção de prova em audiência.
 - B) o julgamento antecipado da lide, em decorrência do reconhecimento da revelia da parte ré, em qualquer situação.
 - C) o despacho que determina a tomada de providências preliminares.
 - D) a situação do processo em que a questão de mérito é unicamente de direito e inexistente controvérsia quanto aos fatos.
37. No tocante à teoria das provas no direito brasileiro, é correto afirmar:
- A) o direito da parte dispensa provas, mas existem exceções, conforme se extrai do CPC.
 - B) pelo sistema da livre convicção atualmente utilizado, o juiz é livre para aceitar qualquer tipo de prova, ainda que não esteja contida nos autos.
 - C) o fato, ainda que notório, exige provas, pois é dever da parte comprovar o que alega.
 - D) o juiz tem sua livre convicção para avaliar as provas, mas essa liberdade é restrita àquilo que foi alegado pelas partes que providenciaram a prova.

38. Quanto às tutelas diferenciadas, analise as afirmativas a seguir:

I	A tutela ressarcitória na forma específica, quando se dá de forma parcial, inadmite cumulação com a tutela pelo equivalente em pecúnia, excluindo-se a técnica de condenação nessa hipótese.
II	Uma ação inibitória se volta contra a possibilidade do ilícito, excluindo-se a hipótese de repetição ou continuação.
III	A tutela preventiva-executiva é corolário do direito de acesso à justiça, ou seja, assegura uma tutela jurisdicional adequada.
IV	Uma das formas de tutela contra o dano não patrimonial é a reparação na forma específica, quando a indenização mostra-se inaplicável.

Das afirmativas, estão corretas

- A) I e II. B) I e III. C) II e IV. D) III e IV.

39. Um dos princípios do Direito Penal é o da anterioridade, cujo conceito é traduzido em:

- A) A norma que define o tipo penal precisa estar em vigor para considerar a conduta como crime com consequente aplicação da sanção penal.
- B) Quanto maior a gravidade do bem jurídico atingido, maiores a área de abrangência e a atuação do direito penal.
- C) Apesar de tipificada, se a conduta decorrer de um comportamento socialmente aceito e reconhecido, ela não é alvo da chancela do direito penal.
- D) A conduta, ainda que socialmente e moralmente reprovável, não é considerada crime caso não esteja dentre os bens jurídicos que a norma penal elegeu proteger.

40. Em relação ao tipo penal, analise as afirmativas a seguir:

I	Em razão da teoria da <i>ratio essendi</i> , se uma conduta é lícita, não é típica.
II	A ilicitude da conduta independe do tipo, consequentemente inexistente um tipo total.
III	O injusto penal é a conduta já valorada como ilícita, inclusive já analisada a culpabilidade do agente.
IV	A análise da conduta se faz separadamente, independente da subsunção do fato típico e da ilicitude.

Das afirmativas, estão corretas

- A) I e III.
- B) II e III.
- C) I e IV.
- D) II e IV.

41. Quanto ao concurso de crimes, analise as afirmativas a seguir:

I	Pela Teoria dualista, adotada pelo Código Penal brasileiro, distingue-se o crime praticado pelos autores daquele cometido pelos partícipes.
II	Quando duas ou mais pessoas, unidas pelo liame subjetivo, levam a efeito condutas relevantes dirigidas ao cometimento de uma mesma infração penal, caracteriza-se o concurso de pessoas.
III	A teoria pluralista sustenta que há tantas infrações penais quantos forem os autores e partícipes.
IV	A teoria monista ou unitária aduz que todos aqueles que concorrem para o crime incidem nas penas a ele cominadas, independentemente de sua culpabilidade.

Das afirmativas, estão corretas

- A) I e IV.
- B) II e IV.
- C) I e III.
- D) II e III.

42. No tocante às causas excludentes de ilicitude, é correto afirmar:
- A) no Código Penal, o consentimento do ofendido é causa supralegal de exclusão da culpabilidade ou da ilicitude.
 - B) a legítima defesa é cabível diante de uma agressão reputada como injusta, ou seja, criminosa.
 - C) a excludente do estrito cumprimento do dever legal é inaplicável à ideia de ato administrativo.
 - D) no estado de necessidade, a regra é a de que ambos os bens em conflito estejam amparados pelo ordenamento jurídico.
43. No que se refere à teoria da pena no ordenamento jurídico brasileiro, é correto afirmar:
- A) a teoria absoluta prega que a pena deve reprovar o mal produzido pela conduta do agente, bem como prevenir futuras infrações penais.
 - B) a prevenção especial passa ao largo da busca da intimidação do grupo social, visando ao indivíduo que já delinuiu.
 - C) impõe-se o castigo ao autor, na lógica das teorias relativas, porque delinuiu, diferentemente das teorias absolutas.
 - D) adota-se uma teoria relativa da pena, pois seu foco é na necessidade de reprovação do crime, ressaltando, assim, o caráter retributivo da pena.
44. Em relação aos crimes hediondos, é correto afirmar:
- A) o homicídio simples, mesmo na hipótese de homicídio condicionado, desqualifica o crime hediondo, nos termos da Lei 8072/90.
 - B) o STF considera inconstitucional o § 1º do art. 2º da Lei 8.072/90, por se tratar de direito garantido constitucionalmente ao indivíduo.
 - C) o homicídio qualificado é considerado crime hediondo, mesmo sob circunstâncias que o qualifiquem como privilegiado.
 - D) o livramento condicional, em crimes hediondos, prevê o cumprimento de 2/3 da pena e a inexistência de reincidência genérica.
45. No que tange ao Inquérito Policial, é correto afirmar que
- A) a autoridade policial que o preside possui discricionariedade de atuação no desenvolvimento dos atos investigativos.
 - B) apresenta como característica a informalidade e é cabível em relação às infrações de menor potencial ofensivo.
 - C)) é parte indispensável ao oferecimento da denúncia ou queixa, de modo que a ação penal deve ter como base as provas colhidas nos autos de investigação policial.
 - D) os vícios ou irregularidades nele ocorridas fulminam de nulidade a ação penal já iniciada e nele fundada, pois o juiz pode decidir pela absolvição com base no inquérito.

49. Tício, casado há vinte anos com Cláudia, vem maltratando a esposa por meio de xingamentos e agressões psicológicas contra sua aparência e capacidade intelectual, há aproximadamente dez anos. Tício utiliza constantemente os seguintes adjetivos para caracterizar sua esposa: “feia”, “gorda”, “burra”, “fraca”, e criou, inclusive, apelidos de baixo calão para diminuir a sua autoestima. Após o encorajamento de amigos e familiares, Cláudia compareceu à Delegacia da Mulher, alegando a ocorrência de violência doméstica e requerendo a aplicação da Lei Maria da Penha. Sobre essa situação hipotética, é correto afirmar:

- A) por se tratarem de delitos com menor potencial ofensivo, os crimes relativos à violência doméstica e familiar são da competência dos Juizados Especiais Criminais, nos termos da Lei Maria da Penha.
- B) no caso presente, seria incabível a aplicação da Lei Maria da Penha, por se tratar de caso de violência psicológica.
- C) no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial poderá, a título de medida protetiva de urgência, determinar ao agressor o afastamento do lar ou domicílio.
- D) ainda que Tício deixe de coabitar com Cláudia, mas continue agredindo-a psicologicamente, deve ser aplicada a Lei Maria da Penha.

50. Considerando as normas do Sistema Processual Penal brasileiro, analise as afirmativas a seguir:

I	A perempção é a perda do direito de prosseguir na ação penal privada, em razão da inércia do querelante, constituindo causa extintiva da punibilidade.
II	No caso de crime ocorrido por violência imprópria, quando, por exemplo, um agente tranca a vítima no banheiro de um ônibus que está viajando e rouba seus pertences, a competência será determinada pelo domicílio do acusado.
III	Nos crimes de ação penal privada, a decadência somente atinge o querelante que abandona a ação.
IV	A competência para julgar crime em que indígena figure como autor ou como vítima é da justiça federal.

Das afirmativas, estão corretas

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.